

23/09/2008

SEGUNDA TURMA

AG.REG.NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 501.869-5 RIO GRANDE DO SUL

RELATOR : **MIN. EROS GRAU**
AGRAVANTE(S) : MUNICÍPIO DE JÚLIO DE CASTILHOS
ADVOGADO(A/S) : ADÍLIO OLIVEIRA RIBEIRO E OUTRO(A/S)
AGRAVADO(A/S) : ANGELITA SOARES MARTINS SCHNEIDER E
OUTRO(A/S)
ADVOGADO(A/S) : JOELI MOREIRA DE MELLO

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONCURSO PÚBLICO. NOMEAÇÕES. ANULAÇÃO. DEVIDO PROCESSO LEGAL. INOBSERVÂNCIA.

O Supremo Tribunal Federal fixou jurisprudência no sentido de que é necessária a observância do devido processo legal para a anulação de ato administrativo que tenha repercutido no campo de interesses individuais. Precedentes.

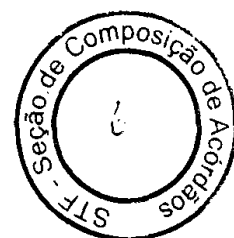
Agravo regimental a que se nega provimento.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal, sob a Presidência do Senhor Ministro Celso de Mello, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso de agravo, nos termos do voto do Relator.

Brasília, 23 de setembro de 2008.

EROS GRAU - RELATOR



23/09/2008

SEGUNDA TURMA

AG.REG.NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 501.869-5 RIO GRANDE DO SUL

RELATOR : **MIN. EROS GRAU**
AGRAVANTE(S) : MUNICÍPIO DE JÚLIO DE CASTILHOS
ADVOGADO(A/S) : ADÍLIO OLIVEIRA RIBEIRO E OUTRO(A/S)
AGRAVADO(A/S) : ANGELITA SOARES MARTINS SCHNEIDER E
OUTRO(A/S)
ADVOGADO(A/S) : JOELI MOREIRA DE MELLO

R E L A T Ó R I O

O SENHOR MINISTRO Eros Grau: A decisão agravada tem o seguinte teor:

"DECISÃO: O Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul decidiu ser possível a anulação de nomeações realizadas nos últimos cento e oitenta dias da Administração Municipal, nomeações que importem em aumento de despesas; isso por ofensa à lei de responsabilidade fiscal [Lei n. 101/00], sendo prescindível prévio procedimento administrativo [fls. 352/357].

2. Os recorrentes alegam violação do disposto no artigo 5º, LV, da Constituição do Brasil.

3. A jurisprudência do Supremo é firme no sentido de que 'as alegações de desrespeito aos postulados da legalidade, do devido processo legal, da motivação dos atos decisórios, do contraditório, dos limites da coisa julgada e da prestação jurisdicional podem configurar, quando muito, situações de ofensa meramente reflexa ao texto da Constituição', circunstância que não viabiliza o acesso à instância extraordinária [AI n. 238.917-AgR, Relator o Ministro Celso de Mello, DJ de 20.10.00].

4. Este Tribunal, no entanto, por ocasião do julgamento do RE n. 158.543, Relator o Ministro Marco Aurélio, DJ de 6.10.95, fixou o seguinte entendimento:

'ATO ADMINISTRATIVO - REPERCUSSÕES - PRESUNÇÃO DE LEGITIMIDADE - SITUAÇÃO CONSTITUÍDA - INTERESSES CONTRAPOSTOS - ANULAÇÃO - CONTRADITÓRIO. Tratando-se da anulação de ato administrativo cuja formalização haja repercutido no campo de interesses individuais, a anulação

RE 501.869-AgrR / RS

não prescinde da observância do contraditório, ou seja, da instauração de processo administrativo que enseje a audição daqueles que terão modificada situação já alcançada. Presunção de legitimidade do ato administrativo praticado, que não pode ser afastada unilateralmente, porque é comum a Administração e ao particular'.

Dou provimento ao recurso com fundamento no disposto no artigo 557, § 1º-A, do CPC."

2. O agravante alega que "se pode concluir de forma definitiva que não é aplicável o art. 7º, inciso XXIX e nem o art. 39, § 3º, da Constituição Federal, ao caso objeto do presente recurso, eis que os servidores forma nomeados de forma irregular (nula), não sendo necessário, aplicável ou adequado oportunizar contraditório e ampla defesa, pois a nulidade dos atos de nomeação se deu de maneira formal, independento, para sua caracterização, de qualquer tipo de prova fática ou material as quais nesse contexto, mostram-se totalmente dispensáveis, desnecessárias e até mesmo impróprias ao procedimento" [fl. 503].

3. Requer o provimento deste agravo regimental.

É o relatório.

23/09/2008

SEGUNDA TURMA

AG.REG.NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 501.869-5 RIO GRANDE DO SULV O T O

O SENHOR MINISTRO Eros Grau (Relator): Os argumentos deduzidos pelo agravante são insuficientes para desconstituir os fundamentos da decisão agravada.

2. Tal e qual demonstrado na decisão que se pretende reformar, o Supremo Tribunal Federal fixou jurisprudência no sentido de que é necessária a observância do devido processo legal para a anulação de ato administrativo que tenha repercutido no campo de interesses individuais. Nesse sentido, caso semelhante ao dos autos, o RE n. 199.733, Relator o Ministro Marco Aurélio, DJ de 30.4.99:

"ATO ADMINISTRATIVO - REPERCUSSÕES - PRESUNÇÃO DE LEGITIMIDADE - SITUAÇÃO CONSTITUÍDA - INTERESSES CONTRAPOSTOS - ANULAÇÃO - CONTRADITÓRIO. Tratando-se de ato administrativo cuja formalização haja repercutido no campo de interesses individuais, a anulação não prescinde da observância do contraditório, ou seja, da instauração de processo administrativo que enseje a audição daqueles que terão modificada situação já alcançada. Presunção de legitimidade do ato administrativo praticado, que não pode ser afastada unilateralmente, porque é comum à Administração e ao particular.

CONCURSO PÚBLICO - FEITURA - APROVAÇÃO - NOMEAÇÃO - POSSE - EXONERAÇÃO - DEVIDO PROCESSO LEGAL - INOBSERVÂNCIA. **Uma vez ocorridos os atos próprios a chegar-se ao exercício de certo cargo público, há de observar-se o devido processo legal para o afastamento de tal quadro. Insustentabilidade de ato da Administração Pública unilateral e imediato a resultar na exoneração dos concursados sem o atendimento do devido processo legal.**" [Grifei]

RE 501.869-AgR / RS

3. No mesmo sentido, o RE n. 158.543, Relator o Ministro Marco Aurélio, DJ de 6.10.95, o RE n. 211.242, Relator o Ministro Nelson Jobim, DJ de 19.4.01, o RE n. 351.489-AgR, Relator o Ministro Gilmar Mendes, DJ de 17.3.06, o RE n. 486.343-AgR, de minha relatoria, DJ de 28.9.07, entre outros.

Nego provimento ao agravo regimental.

*Supremo Tribunal Federal***SEGUNDA TURMA****EXTRATO DE ATA****AG.REG.NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 501.869-5**

PROCED.: RIO GRANDE DO SUL

RELATOR : MIN. EROS GRAU

AGTE.(S): MUNICÍPIO DE JÚLIO DE CASTILHOS

ADV.(A/S): ADÍLIO OLIVEIRA RIBEIRO E OUTRO(A/S)

AGDO.(A/S): ANGELITA SOARES MARTINS SCHNEIDER E OUTRO(A/S)

ADV.(A/S): JOELI MOREIRA DE MELLO

Decisão: A Turma, por votação unânime, **negou** provimento ao recurso de agravo, **nos termos** do voto do Relator. Ausente, justificadamente, neste julgamento, a Senhora Ministra Ellen Gracie. **2ª Turma**, 23.09.2008.

Presidência do Senhor Ministro Celso de Mello.
Presentes à sessão os Senhores Ministros Cezar Peluso,
Joaquim Barbosa e Eros Grau. Ausente, justificadamente, a
Senhora Ministra Ellen Gracie.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Wagner
Gonçalves.

Carlos Alberto Cantanhede
Coordenador